

**HABEAS CORPUS Nº 515.113 - SP (2019/0167249-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : FELIPE FONTES DOS REIS COSTA PIRES DE CAMPOS  
**ADVOGADO** : FELIPE FONTES DOS REIS COSTA PIRES DE CAMPOS -  
SP223061  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JEFFERSON ABEL DE OLIVEIRA COSME (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON ABEL DE OLIVEIRA COSME no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 23/12/2016, pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal. Posteriormente a custódia foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *habeas corpus* na origem, sob a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, o Tribunal *a quo* denegou a ordem.

No presente *writ*, a defesa reitera a tese suscitada perante às instâncias ordinárias, afirmando haver constrangimento ilegal decorrente do tempo em que o paciente encontra-se segregado sem a ultimação do processo.

Posto isso, requer, liminarmente, "a revogação imediata da prisão preventiva uma vez reconhecido o excesso de prazo, com aplicação de medidas cautelares, até a análise do mérito" (e-STJ fl. 10).

No mérito, pleiteia a confirmação da liminar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator